

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

DOCUMENTO: Projeto de Lei nº 06/2025 – Protocolo nº 36/2025
PROCEDÊNCIA: Poder Executivo
ASSUNTO: “Dispõe sobre a contratação de profissionais, por tempo determinado, para compor Equipe de Atenção Primária Prisional - eAPP, vinculada à SMS”.
RELATOR: Ver. Anderson Menezes da Silva

RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei nº 06/2025, de autoria do Poder Executivo, protocolado nesta Casa sob o nº 36/2025, que dispõe sobre a contratação de profissionais, por tempo determinado, para compor Equipe de Atenção Primária Prisional - eAPP, vinculada à SMS.

Importa destacar que a iniciativa para deflagrar o processo legislativo pertence ao Executivo Municipal nos termos do art. 96 da Lei Orgânica.

PARECER

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de dispôr sobre a contratação de profissionais, por tempo determinado, para compor Equipe de Atenção Primária Prisional - eAPP, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Cumprе esclarecer que as contratações destes profissionais impõe-se pela necessidade da manutenção de Equipe de Atenção Primária Prisional – eAPP, do tipo Essencial Ampliada, no município de Uruguaiana, visando a prestação de serviços de atenção primária no sistema prisional seguindo as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica e as recomendações da Coordenação Nacional e Estadual de Atenção Primária à Saúde Prisional no âmbito do Sistema Único de Saúde, do Departamento Nacional Penitenciário e do Departamento de Tratamento Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários.

Além disso, conforme entendimento entre a Prefeitura Municipal, Direção da Penitenciária, Estado e Ministério Público, existe o entendimento que a manutenção de Unidade de Saúde Prisional em Uruguaiana, é imprescindível para o atendimento da população carcerária, evitando que os detentos sejam deslocados diariamente para atendimento médico, odontológico ou psicológico nas Unidades de Saúde do município.

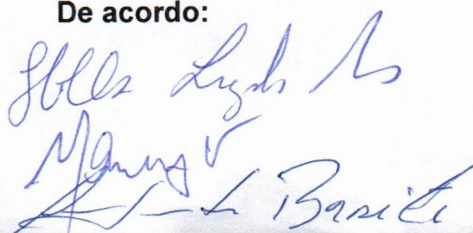
Analisando o texto legal em voga, se observa que o mesmo se encontra de acordo com os aspectos constitucionais e legais, sob o ponto de vista cabível à análise desta Comissão.

Ante o exposto, após análise da documentação apresentada, constatamos que de acordo com as atribuições desta Comissão, o PARECER técnico é **FAVORÁVEL**, à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 15 de janeiro de 2025.


Vereador Anderson Cluco
Relator

De acordo:


Sbls Lyda A
Maurício
A. L. Basile

Contrário: